

Crescem atendimentos a vítimas de estupro na MNSL

De janeiro a março deste ano, 103 mulheres já buscaram atendimento na maternidade



COORDENADOR

Os casos de violência sexual parecem estar se tornando mais frequentes na capital e no interior ou pelo menos, com base no conteúdo veiculado pelas páginas policiais, as vítimas dessas ações nefastas vêm denunciando mais crimes dessa natureza, sejam elas voltadas contra mulheres, crianças ou adolescentes. Ao longo de um ano, são muitos os episódios vindo à tona, chegando a ser uma tarefa difícil contabilizá-los. Em comum entre eles: quase sempre acompanhados por relatos assombrosos, aliados a requintes de crueldade e muito atrevimento, chegando a tomar contornos ainda mais aterrorizantes quando envolvem os vulneráveis. Isso por, muitas vezes, serem aliciados pelos próprios responsáveis, mesmas figuras que deveriam surgir em cena apenas para protegê-los e não ajudar a suscitar um trauma fadado a perdurar por muito tempo.

Quando se tem o registro de um suposto estupro, chegando até ao conhecimento da polícia, na capital o crime é apurado pelas unidades do Departamento de Apoio a Grupos Vulneráveis (DAGV), também com um Departamento atuando em Nossa Senhora do Socorro. Em outras cidades, parte da região metropolitana da capital, como São Cristóvão e Barrados Coqueiros, e cidades do interior do Estado, o inquérito tramita na Delegacia Local.

Nesses casos, em resumo, os investigadores colhem o depoimento da vítima e testemunhas. A pessoa aliciada é submetida ao exame pericial realizado pelo Instituto Médico Legal (IML) para comprovar se o ato ilícito foi sucedido pela conjunção carnal. Cercado de provas, a polícia pode representar pela prisão do suspeito, pedido levado ao Poder Judiciário ou optar por indiciá-lo e encaminhar o inquérito ao Ministério Público do Estado, com competência de oferecer ou não a denúncia, além de poder requisitar novas diligências para aquele caso.

ANALISTA

No entanto, é possível que muitos nunca se perguntaram, como é feito o trabalho de assistência às vítimas pós episódio de estupro? Nem sempre a prisão do esturpador, dialogando com o sentimento de justiça feita, desponta como o bastante para realmente superar um trauma tão evasivo. Nesse caso, pouco depois da pessoa, criança ou adolescente ser molestada, entra em cena o trabalho de assistência-lismo do Serviço de Vítimas de Violência Sexual (SAVVS), realizado pela Maternidade Nossa Senhora de Lourdes (MNSL), unidade administrada pela Secretaria de Estado da Saúde (SES), por meio da Fundação Hospitalar de Saúde (FHS).

• SAVVS

O programa, em síntese, procura prestar toda assistência neces-

sária às mulheres que sofreram uma agressão dessa espécie. Para isso, o programa se baseia no acompanhamento de uma equipe multiprofissional, composta por ginecologistas, psicólogos, assistentes sociais e enfermeiros. O serviço abre um verdadeiro leque de opções, variando desde a conceder aos pacientes o livre acesso para ser submetido a exames, visando apontar o contágio ou não de doenças sexualmente transmissíveis, até identificar uma possível gravidez indesejada, além de possibilitar o tratamento ambulatorial clínico e psicológico.

Além da MNSL, as vítimas de violência sexual recebem atendimento no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) e ainda têm assistência garantida nas unidades hospitalares e básicas de saúde em todo estado de Sergipe. Inclusive, para o atendimento prioritário e integral, as mulheres vítimas de violência não precisam apresentar Boletim de Ocorrência.

• Estatísticas

O setor de comunicação da Secretaria de Estado da Saúde divulgou as estatísticas do SAVVS da Maternidade Nossa Senhora de Lourdes relativas às vítimas de violência sexual. De janeiro a março de 2013, 103 mulheres buscaram atendimento na MNSL. Os números ainda mostram que há um crescimento em relação aos últimos anos. Em 2012 foram 793 mulheres que buscaram assistência. Em 2010 e 2011 foram realizados 465 e 435 atendimentos, respectivamente.

O total de notificações de mulheres vítimas de violência sexual, doméstica e outras violências em Sergipe, notificados pelos serviços de saúde, cresceu consideravelmente. Em 2009, foram notificados 117 casos, em 2010, 155. Já em 2011, totalizou 394 registros.

Conforme Patrícia Lima, técnica da Área de Vigilância e Prevenção de Violências e Acidentes da SES, a violência contra a mulher acontece independente da idade, classe social, raça e escolaridade. Estes episódios são concebidos como um problema de saúde pública, capaz de afetar a pessoa de várias formas, seja ela física, mental e também produtiva da mulher, além de deixar sequelas irreparáveis.

“As piores sequelas são as invisíveis. Por mais que a mulher supere a situação, infelizmente esse tipo de seqüela vai acompanhá-la pelo resto da vida, deixando-a sempre com medo, desconfiada e insegura, o que pode atrapalhar a vida profissional, social e emocional da vítima. As sequelas visíveis são hematomas, cortes, entre outros”, explicou Patrícia Lima, ressaltando um dado aterrador, somente 25% dos casos de violência contra a mulher são notificados, figurando como uma margem muito pequena. “Os motivos das poucas notificações são o desconhecimento das mulheres dos serviços de assistência, vergonha ou, até mesmo, o medo de procurar ajuda”, frisa a técnica da SES.

Importância da assistência

A delegada Thais Lemos, diretora do Departamento de Apoio a Grupos Vulneráveis (DAGV), fala sobre a importância do trabalho de assistência a vítimas de estupro, maiores e menores de idade. “A mulher maior de idade comparece à delegacia, registra Boletim de Ocorrência, presta

depoimento para serem colhidos todos os elementos necessários para apuração do fato e faz o encaminhamento da vítima primeiro para o IML e de lá a pessoa é encaminhada à Maternidade Nossa Senhora de Lourdes para serem realizados os exames. Se for constatada a gravidez, na própria maternidade é feito o aborto legal, quando se configura o crime de estupro, como é permitido por lei”, disse a Delegada, mencionando que na Maternidade é possível ser realizado tratamento psicológico. “Aqui na delegacia, a gente reúne todos os elementos necessários para a comprovação de materialidade do crime, seja através de laudos, testemunhas e o próprio depoimento da vítima, muito importante nesses crimes contra a dignidade sexual e tenta identificar a autoria. Daí se for necessário medidas cautelares, como interceptação telefônica, prisão, a gente diligência de todas as formas para identificar o autor do fato e levá-lo ao Poder Judiciário”, disse a diretora do DAGV, abordando a importância das mulheres aliciadas passarem pelo tratamento de assistência e poderem retomar a vida normalmente.

• Crianças e adolescentes

O trauma sofrido por crianças e adolescentes aliciadas, conforme Thais Lemos, é ainda pior, tornando-se um pesadelo real, por conta da maior condição de vulnerabilidade e principalmente por ações dessa espécie, muitas vezes, envolverem pessoas próximas, desde vizinhos, familiares e o próprio genitor. As vítimas costumam sofrer o abuso no ambiente doméstico e muitas vezes prevalece a lei do silêncio, por razões diversas como medo, vergonha e temendo desapontar a família, além do temor da culpa decair sobre a própria criança ou adolescente.

Também existe o receio de sofrer represálias por parte do agressor e embarcam em um mundo de sofrimento, sem ninguém para compartilhar a dor e agruras. Do outro lado, as autoridades chegam a ficar chocadas por terem segurado uma barra tão grande. Pois, nessas horas, muitas coisas estão em jogo, como o fantasma da rejeição, além do grande medo de desestabilizar toda a família.

“A criança ou o adolescente também se sente culpado por aquela situação. E o psicológico de víti-

mas dessa idade é muito distinto de um adulto, que quando vítima de um crime desse, toma outro tipo de iniciativa, geralmente revoltando-se e denunciando a prática de imediato”, destaca a chefe de polícia, dialogando com a importância dos pais e pessoas mais próximas observarem sem-



ALÉM DA MATERNIDADE NOSSA SENHORA DE LOURDES, VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA RECEBEM ATENDIMENTO NO CREAS

pre o comportamento, como ficam sempre retraídas ou apresentam rejeição, sem explicação aparente, a algumas pessoas.

Nesse tipo de procedimento, a polícia age recebendo a denúncia de violência sexual, a criança ou adolescente é trazida até a delegacia, onde os investigadores tentam colher sua oitiva, buscando maneiras para não constrangê-la, tentando conquistar sua confiança. Em meio a dificuldade da criança prestar seu relato, entra em cena uma equipe de psicólogos que prestam serviço na DAGV para tentar noticiar o fato com mais riqueza de detalhes. No entanto, essa equipe, também composta por assistentes sociais, é responsável apenas pelo primeiro acolhimento, não sendo realizado o tratamento ambulatorial.

• Conselho Tutelar

Todos os episódios que representam menores em risco são acompanhados pelo Conselho Tutelar. A entidade, em Aracaju dividida em distrito, conta com a atuação de membros eleitos pela comunidade para acompanharem as crianças e os adolescentes e decidirem, em conjunto, qual medida de proteção para cada caso. Para saber como o trabalho funciona em uma esfera mais prática, a reportagem do Jornal Correio de Sergipe interagiu com o coordenador do 1º Distrito, o conselheiro tutelar Marcos José de Oliveira.

Segundo ele, quando chega uma denúncia de suposta violência sexual, uma equipe se mobiliza para fazer a averiguação e se constatar o fato, ocorra ele de

forma psicológica ou física, os detalhes são encaminhados ao DAGV, sendo instaurado o inquérito e a vítima submetida ao exame pericial do Instituto Médico Legal e sendo assistida pela Maternidade Nossa Senhora de Lourdes ou pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social, procedimento traçado anteriormente.

“Mas, a gente permanece acompanhando o trabalho juntamente com a família. A gente trabalha com questões como orientação e encaminhamento dessa criança e também de famílias”, afirma o coordenador do 1º Distrito. Na visão do entrevistado, o Creas e a Maternidade Nossa Senhora de Lourdes desempenham um trabalho de funcional importância para as crianças e adolescentes superar o trauma do aliciamento.

• Dados de estupro

Conforme os dados da Delegacia Especial de Atendimento à Criança e ao Adolescente Vítima (DEACAV), um dos núcleos do Departamento de Atendimento a Grupos Vulneráveis, nos primeiros meses de 2013, foram registrados quase 60 inquéritos e preenchidos 390 Boletins de Ocorrência. É possível que a margem ultrapasse o ano passado, quando foram prestadas mais de 400 denúncias anônimas e instaurados 250 inquéritos policiais, além de 1.078 BOs. Enquanto em 2011, mais de 200 procedimentos foram abertos, 90 trataram de abuso sexual. Nesse ano, o DAGV produziu 1.148 boletins de ocorrência tratando do mesmo tema.